

Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Federal do Cariri (UFCARIRI).

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** É o Poder Executivo autorizado a criar a Fundação Universidade Federal do Cariri (UFCARIRI).

**Art. 2º** A UFCARIRI terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, visando o desenvolvimento sustentável de sua área de influência na região semi-árida do Nordeste.

**Art. 3º** A UFCARIRI adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição de seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, do qual será parte integrante seu estatuto aprovado pela autoridade competente.

Parágrafo único. A partir do evento previsto no *caput*, serão declaradas extintas a Faculdade de Medicina de Barbalha, Unidade Descentralizada da Universidade Federal do Ceará; a Unidade de Ensino Descentralizada de Juazeiro do Norte, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e a Escola Agrotécnica Federal do Crato.

**Art. 4º** A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFCARIRI, observado o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, serão definidos nos termos desta Lei, de seu Estatuto e das normas legais pertinentes.

**Art. 5º** A administração superior da UFCARIRI será exercida, no âmbito das respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento-Geral, pelo Reitor e pelo Conselho Universitário.

Parágrafo único. Serão nomeados 2 (dois) servidores federais de cargo efetivo para o exercício *pro tempore* das funções de reitor e vice-reitor para administrar a criação e implantação da UFCARIRI e a extinção das instituições federais de ensino referidas no parágrafo único do art. 3º.

**Art. 6º** Criada a UFCARIRI, passarão a integrá-la, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente integrantes das unidades a que se refere o parágrafo único do art. 3º.

Parágrafo único. Os alunos, regularmente matriculados, nos cursos transferidos, passarão a integrar o corpo discente da UFCARIRI, independentemente da adaptação ou qualquer outra exigência formal.

**Art. 7º** O patrimônio da UFCARIRI será constituído pelos bens e direitos que essa unidade venha a adquirir, incluindo os bens que lhe venham a ser doados pela União, Estados, Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. A UFCARIRI só receberá em doação bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive dos decorrentes de demandas judiciais.

**Art. 8º** Os recursos financeiros da Fundação serão provenientes de:

I – dotação consignada anualmente no orçamento da União;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III – remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;

IV – operações de créditos e juros bancários;

V – receitas eventuais.

**Art. 9º** É o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir os saldos orçamentários destinados às instituições federais de ensino referidas no parágrafo único do art. 3º para a UFCARIRI, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com categorias econômicas e grupos de despesa previstos na lei orçamentária;

II – transferir para a UFCARIRI os bens imóveis, os bens móveis e os acervos das instituições federais de ensino referidas no parágrafo único do art. 3º;

III – transferir para a UFCARIRI bens imóveis localizados nos Municípios de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, integrantes do patrimônio da União;

IV – redistribuir os servidores das instituições federais de ensino referidas no parágrafo único do art. 3º para a UFCARIRI;

V – praticar os demais atos necessários à implantação da UFCARIRI e à extinção da Faculdade de Medicina de Barbalha – Unidade Descentralizada da Universidade Federal do Ceará; do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – Unidade de Ensino Descentralizada de Juazeiro do Norte; e a da Escola Agrotécnica Federal do Crato.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em                      de maio de 2004

Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal